

LISTA VERMELHA DA FLORA VASCULAR DE PORTUGAL CONTINENTAL







**LISTA VERMELHA DA
FLORA VASCULAR**
DE PORTUGAL CONTINENTAL

**André Carapeto
Ana Francisco
Paulo Pereira**
e
Miguel Porto
(eds.)

COORDENAÇÃO

**Sociedade Portuguesa de Botânica e Associação Portuguesa de Ciência da Vegetação – PHYTOS,
em parceria com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas**

ISBN: 978-972-27-2876-8

NOTA INTRODUTÓRIA

A informação fóssil mostra que a diversidade em espécies aumentou paulatinamente, com interrupções catastróficas, desde a emergência da vida terrestre, há mais de 3950 milhões de anos (Raup & Sepkoski, 1982; Signor, 1990; Tashiro et al., 2017). No que às plantas terrestres diz respeito, o número de espécies progrediu num crescendo inexorável a partir do seu aparecimento, algures nas margens de um curso de água doce no Câmbrico Superior/Ordovícico Inferior (Niklas, Tiffney & Knoll, 1983; Strother, 2016). Portanto, em média, a taxa de especiação foi superior à taxa de extinção, ainda que permeada por eventos catastróficos, e nunca coexistiram tantas espécies de plantas no planeta Terra como no Holocénico (últimos 11 500 anos).

A distribuição da diversidade específica vegetal e das ameaças que sobre ela pendem é desigual à escala planetária. Os chamados *hotspots* de biodiversidade são caracterizados por níveis excepcionais de endemismo e por perdas massivas de *habitat* (Myers, 1988). Atualmente, estão referenciados 36 *hotspots* (CEPF, 2019) — boa parte do território continental português está incluído no *hotspot* «Bacia Mediterrânica» (Myers et al., 2000). O conceito de *hotspot* é uma tentativa de operacionalizar a identificação das regiões do globo onde deve ser concentrada a atenção dos cientistas da biodiversidade e o investimento em conservação.

Numa época de relativização da evidência e da ciência e, em particular, das ciências da conservação e do clima, é crucial reafirmar que um formidável corpo de observações acumulado na última década prova, de forma inequívoca, que a biota terrestre enfrenta uma nova extinção em massa, desta vez mediada por uma espécie involuntariamente bem-sucedida: o Homem (Ceballos, Ehrlich & Dirzo, 2017). A taxa de extinção atual de espécies por causas antrópicas é mil vezes superior à taxa de especiação, e tudo indica que esta tendência perenizou (De Vos et al., 2014). O mecanismo de extinção predominante é simples. Muitas plantas (e animais) evoluíram independentes da presença do Homem — estão adaptadas a ambientes sensíveis à perturbação antrópica, de que são exemplo as depressões dunares e as dunas secundárias, as zonas húmidas dulçaquícolas, os leitos de cheias de grandes rios ou as orlas de bosques submetidas a uma dinâmica natural de clareira. A extinção ou a degradação (inc. fragmentação) do *habitat* das plantas — sem esquecer os *habitats* secundários (que substituem os primários), como

o olival extensivo, antigas talhadas de castanheiro, sebes ou os muros velhos — compromete irremediavelmente a sua persistência, mergulhando-as num vórtice de extinção. Como se não bastassem os efeitos da massiva destruição e degradação de *habitat*, as plantas enfrentam um outro fator de ameaça: as alterações climáticas (Thuiller, 2007).

Os recursos disponíveis para a conservação são escassos — por conseguinte, a sociedade exige que sejam usados de forma eficaz e eficiente, isto é, os recursos devem ser concentrados onde o retorno em conservação é maior. As listas/livros vermelhos são, precisamente, instrumentos objetivos de avaliação e comunicação do risco de extinção das espécies, por isso indispensáveis na prática da conservação da natureza (Collar, 1996; Mace et al., 2008). E havia um enorme vazio por preencher no que respeita à flora vascular portuguesa, porque os instrumentos disponíveis — e. g., os anexos da Diretiva Habitats — são obviamente insuficientes.

A Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental é um marco indelével da história da conservação da natureza em Portugal. Os números e o trabalho envolvido são impressionantes! Uma equipa de 86 membros e 100 colaboradores das mais diversas especialidades e afiliações, num exemplo raro de coordenação bem-sucedida de grandes equipas e de cooperação para o bem comum, vindo diretamente da sociedade civil. Durante os trabalhos de campo do projeto, entre 2016 e 2018, foram descobertas oito espécies novas para a flora de Portugal (*Alkanna tinctoria* subsp. *tinctoria*, *Anchusa puechii*, *Bellevalia trifoliata*, *Ceratophyllum submersum*, *Euphorbia flavicoma*, *Haplophyllum linifolium* subsp. *linifolium*, *Prolongoa hispanica*, *Trigonella ovalis*) e reencontradas outras cuja memória se havia desvanecido. De um total de 630 plantas avaliadas de acordo com os critérios definidos pela IUCN (IUCN, 2012), 381 encontram-se numa categoria de ameaça: 84 Criticamente em Perigo (CR), 128 Em Perigo (EN) e 169 Vulneráveis (VU). Assinalam-se ainda 106 plantas na categoria Quase Ameaçada (NT). Entre as plantas avaliadas, há a lamentar a classificação de duas espécies endémicas de Portugal continental como Extintas (EX) e de 17 espécies na categoria Regionalmente Extintas (RE).

Ninguém escapa à tirania dos factos: a extinção ameaça uma parte significativa da flora vascular portuguesa. A diversidade biológica é determinante na manutenção de condições propícias à subsistência da espécie

humana (Cardinale et al., 2012). Um mundo severamente depauperado em plantas e animais poderá não ser habitável. O nosso destino como espécie está irremediavelmente ligado ao futuro da diversidade biológica. Mas uma Lista Vermelha é muito mais do que um instrumento de políticas e de ação ou um alerta para a necessidade de investir no estudo e conservação da diversidade vegetal — é uma celebração dessa mesma diversidade, porque o planeta Terra e a vastidão dos seus ocupantes agradecem toda a atenção que se lhes possa dispensar.

Carlos Aguiar

CIMO – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DE MONTANHA
DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA